



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
02ª PROMOTORIA DE JUSTICA DA COMARCA DE LAGOA SANTA

Ofício n.º 508.3/2017

Ref: Inquérito Civil n.º MPMG-0148.17.000075-3

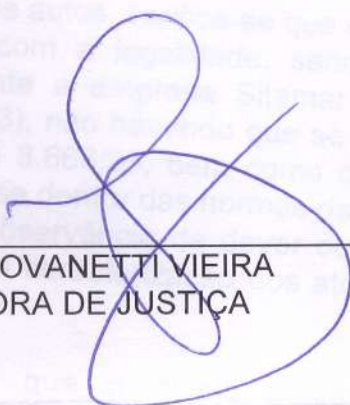
LAGOA SANTA, 20 de setembro de 2017.

Ilustríssimo(a) Senhor(a),

Comunico-lhe que o Inquérito Civil n.º MPMG-0148.17.000075-3, no qual Vossa Senhoria figura como representado, foi arquivado por esta Promotoria de Justiça, conforme cópia do(a) promoção de arquivamento anexo(a).

Na oportunidade, certifico-lhe que, conforme § 3º do artigo 13 da Resolução PGJ CGMP N° 03/2009, Vossa Senhoria poderá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos, que serão juntados até a data da sessão do Conselho Superior do Ministério Público (Av. Álvares Cabral, n.º 1740 - 10º andar - Santo Agostinho, CEP: 30.170-001 Belo Horizonte/MG), na qual será apreciado(a) o(a) promoção de arquivamento.

Atenciosamente,



MIRELLA GIOVANETTI VIEIRA
PROMOTORA DE JUSTIÇA

Ilustríssimo(a) Senhor(a)
Representante Legal de
TRATORENZO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. – EPP
Av. Nossa Senhora de Fátima, 2018 – Carlos Prates
30.710-020 – Belo Horizonte - MG



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inquérito Civil nº 0148.17.000.075-3

Representante: de ofício

Representados: Retengrol Comércio de Peças e Serviços EIRELI, Sitamar Auto Peças Ltda e Tratorengo Comércio e Serviços Ltda - EPP

Descrição do Fato: Apurar dano ao erário, bem como a prática do crime tipificado no artigo 89 da Lei 8.666/93, referente ao Processo Licitatório nº 134/2009.

RELATÓRIO FINAL

Instaurou-se o presente expediente com o escopo de se apurar dano ao erário, bem como a prática do crime tipificado no artigo 89 da Lei 8.666/93, referente ao Processo Licitatório nº 44/2008, a partir do item 2 do despacho de fls. 601 do ICP nº 0148.16.000.096-1.

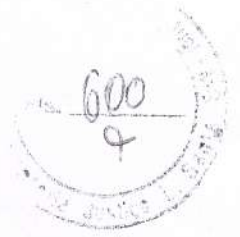
Compulsando os autos, verifica-se que o referido Processo Licitatório transcorreu de acordo com a legalidade, sendo certo que, das empresas investigadas, tão somente a empresa Sitamar Auto Peças Ltda participou do certame (fls. 276 e 363), não havendo que se falar na prática do crime tipificado no artigo 89 da Lei 8.666/93, bem como de dano ao erário, posto que o procedimento encontra-se dentro das normas da Lei de Licitação e que não há indícios de dolo ou inobservância de dever objetivo de cuidado, elementos subjetivos exigidos para a caracterização dos atos de improbidade previstos no artigo 10 da Lei 8.429/92.

Assim, entendo que o objeto deste IC encontra-se exaurido, e, portanto, **ENCERRO O PRESENTE INQUÉRITO CIVIL**, e via de consequência determino:

1) Junte-se a representação/manifestação/ofício que deu ensejo a instauração do Inquérito Civil nº 0148.16.000.096-1 a estes autos;

2) Comunique-se o encerramento deste Inquérito aos 508/2017 representados;

3) Comunique-se ao CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, para os fins do artigo 9º da Lei 7.347/85;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4) Após, ao arquivo;

Lagoa Santa, 10 de julho de 2017.

Mirella Giovanetti Vieira

Promotora de Justiça

Ilustríssimo(a) Senhor(a)
Representante Legal da
TRATORENZA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP
Av. Nossa Senhora do Fátima, 2013 – Cados Frios
30.710-020 – Belo Horizonte - MG